



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 37, DE 5 DE AGOSTO DE 2025
Sessão Pública da Câmara de Educação Básica

1 Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE, situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e, virtualmente, por meio da Plataforma Microsoft Teams, a Sessão Pública da Câmara de Educação Básica – CEB com a presença dos Conselheiros Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (Presidente), Gastão Dias Vieira, Givânia Maria da Silva, Leila Soares de Souza Perussolo e, de forma virtual, dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Márcia Teixeira Sebastiani, registrada a ausência dos Conselheiros Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Vice-Presidente), Israel Matos Batista, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt (membra nata) e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa. Inicialmente, a Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva destacou que a Sessão Pública se destinava à deliberação sobre as seguintes atas: Ata da Sessão de Trabalho da CEB nº 17, de nove de abril de dois mil e vinte e cinco; Ata da Sessão de Trabalho da CEB nº 18, de nove de abril de dois mil e vinte e cinco; Ata da Sessão de trabalho da CEB nº 19, de dez de abril de dois mil e vinte e cinco; Ata da Sessão Pública da CEB nº 20, de dez de abril de dois mil e vinte e cinco, as quais foram aprovadas pela unanimidade dos participantes. Ainda com a palavra, informou que a senhora Rita de Cássia de Freitas Coelho, Coordenadora-Geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, sugeriu que a CEB elabore uma resolução com orientações sobre as especificações técnicas para o funcionamento de creches infantis, a partir da análise dos documentos que o colegiado produziu anteriormente. O Conselheiro Gastão Dias Vieira destacou a ampliação do conceito de creche e sugeriu que o CNE incorpore a concepção mais abrangente nas discussões sobre o tema supracitado. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari informou que o MEC constituiu uma equipe de consultores para tratar da Educação Infantil e solicitou que o CNE dialogue com a SEB/MEC para conciliar esforços. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani lembrou que a CEB criou anteriormente uma comissão de apoio à infância que pode ser retomada, caso esteja vigente. Ainda com a palavra, destacou que a participação nas discussões do CNE com o MEC deve ser integral, a partir dos debates sobre a concepção de Educação Infantil. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari tratou do esforço para a elaboração do planejamento estratégico do CNE que conta com uma equipe de consultores que aguarda as contribuições do colegiado sobre as entregas planejadas para os próximos quatro anos, considerando a previsão do plano de entregas estratégicas para a elaboração de diretrizes. Atendendo ao pedido do Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, a Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida apresentou algumas propostas de produção prioritárias que foram sugeridas nas entrevistas realizadas com os conselheiros do CNE pela consultoria que está trabalhando no planejamento estratégico do CNE, quais sejam: revisão e atualização da Base Nacional Comum Curricular – BNCC; atualização das diretrizes nacionais da educação infantil; revisão e atualização das diretrizes curriculares nacionais do ensino fundamental com ênfases distintas para anos iniciais e finais; revisão e atualização das diretrizes curriculares nacionais da educação técnica profissionalizante; elaboração das diretrizes



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 37, DE 5 DE AGOSTO DE 2025
Sessão Pública da Câmara de Educação Básica

43 operacionais para inteligência artificial na educação básica; elaboração do marco
44 referencial para avaliação da educação básica; elaboração de normas para o custo de aluno
45 (CAQ); elaboração do marco referencial da carreira dos profissionais da educação;
46 revisão e atualização das modalidades da educação básica; diretrizes para formação
47 continuada; elaboração da base nacional comum para gestores educacionais e elaboração
48 das diretrizes para os estágios supervisionados. Indicou que haverá reunião sobre o
49 planejamento estratégico no dia seis de agosto de dois mil e vinte e cinco e o colegiado
50 poderá definir as prioridades para o início dos trabalhos. Sem outras manifestações, a
51 Sessão Pública foi encerrada às dez horas e trinta minutos e, para constar, eu, Luciana dos
52 Santos Marvulle Bueno, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada
53 eletronicamente por mim e pela Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva,
54 Presidente da Sessão. Brasília, cinco de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco.